



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA-TO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ADILVANA GOMES OLIVEIRA

**ESTUDO SOBRE O AUXILIO BOLSA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS COMO BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

MIRACEMA DO TOCANTINS - (TO)

2019

ADILVANA GOMES OLIVEIRA

ESTUDO SOBRE O AUXILIO BOLSA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS COMO BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema para
obtenção do título de Licenciado em
Serviço Social, sob a orientação da
Professora Dr. Maria José Antunes da
Silva.

MIRACEMA DO TOCANTINS - (TO)

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

O48e Oliveira, Adilvana Gomes.
Estudo Sobre o Auxilio Bolsa Formação Profissional no Instituto
Federal do Tocantins como Beneficio de Assistência Estudantil. /
Adilvana Gomes Oliveira. – Miracema, TO, 2019.

62 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2019.

Orientador: Maria José Antunes da Silva

1. Ensino Superior. 2. Assistência Estudantil. 3. Assistência
Social. 4. Educação. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ADILVANA GOMES OLIVEIRA

ESTUDO SOBRE O AUXILIO BOLSA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS COMO BENEFÍCIO DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema
do Tocantins, curso de Serviço
Social foi avaliada para obtenção do
título de Assistente Social e
aprovada em sua forma final pela
orientadora e pela banca
examinadora.

Data da Aprovação 22/11/2019

Banca examinadora.

Maria José Antunes da Silva

Professora Me Maria José Antunes da Silva, Orientadora, UFT.

Andrea Siqueira Montalvão

Professor Me Andrea Siqueira Montalvão, Examinador, UFT

Cássia Araújo Moraes Braga

Me Cássia Araújo Moraes Braga, Examinador, IFTO

Essa dedicatória vai ao meu Deus, por ter mim dado a vida, e a minha família que de alguma forma tem contribuído nessa jornada. A minha gratidão a todos!

AGRADECIMENTO

Quero agradecer primeiramente a Deus, por ter me conduzido nessa trajetória, me abençoando em cada momento de dificuldades, pois tem sido fiel em minha vida.

A Professora Mestre Maria José Antunes pelo comprometimento e competência nas orientações concedidas no decorrer desta pesquisa;

As Professoras Mestre Andrea Siqueira Montalvão e a Mestre Cássia Araújo Moraes Braga por terem aceitado o convite em participar da banca de defesa e se colocados à disposição para lerem e contribuir com a melhoria do trabalho;

Quero também agradecer a professora Amanda Vaz que estive o prazer de tê-lo como orientada, sua participação foi de grande importância. Obrigada!

À minha família, quero expressa a imensa gratidão, aos meus pais Adilson e Valdirene por me ensinar os caminhos corretos, pelos esforços que fizeram para que eu e a maninha conseguíssemos os nossos objetivos. A maninha Adiuslene, que mesmo nas correrias da faculdade sempre esteve comigo e tens sido uma irmãzona. Nunca vou esquecer que foram vocês que nos momentos mais difíceis estiveram comigo, me incentivando, aconselhando e orando. Obrigada por acreditarem em mim, amo vocês!

A minha gratidão vai também ao meu esposo Maxsuel. Sou grata a Deus pela sua vida, pois tem sido companheiro e além de tudo tem tido paciência, as suas palavras de motivação tem sido o motivo dessa conquista. Que Deus continue nos abençoando. Te amo!

Agradeço também os meus sogros, irmã Maria de Fatima e o seu Antônio Luiz, que sempre estiveram dispostos a ajudar no que foi preciso. Obrigada de coração!

Aos mestres do curso de Assistência Social do *Câmpus* Universitário de Miracema da Universidade Federal do Tocantins, que contribuíram diretamente para meu processo de formação pessoal e profissional;

A todas as pessoas que de forma direta ou indiretamente contribuíram na elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este estudo se propôs a analisar a forma como se efetiva o auxílio colaborador, como benefício de assistência ao aluno de baixa renda do IFTO - Campus de Palmas. Levando em conta que o Programa de assistência estudantil é executado pela instituição de ensino federal desde sua criação no ano de 2005. Para entender melhor, a análise do auxílio colaborador, como parte do benefício de assistência estudantil no IFTO – Campus de Palmas, a metodologia adotada foi pesquisa realizada a partir da fundamentação bibliográfica, e pesquisa de campo com a aplicação de questionários para alunos que recebem auxílios. O trabalho está articulado a partir de três eixos temáticos, que estão diretamente ligados ao assunto. O primeiro, “Ensino Superior no Brasil e a Política de Assistência Estudantil”, apresenta a trajetória do ensino superior no Brasil, desde a fase Jesuítica até a fase contemporânea, com os avanços e os retrocessos com respeito às principais legislações educacionais brasileiras ao longo dos tempos; O segundo, “A Assistência Estudantil no IFTO – Campus de Palmas,” apresenta o Instituto e a prática de assistência estudantil, adota a partir das políticas regulamentadoras dos auxílios disponibilizados aos alunos; O terceiro, “A situação da educação no Brasil e o campo de atuação do assistente social”, faz uma análise da educação como direito social e a relevância da atuação do assistente social como articulador na implementação de políticas de educação para a inclusão social. O estudo buscou desvelar, se o auxílio colaborador é o suficiente para atender todas as necessidades dos alunos. Verificou-se que, os que recebem o bolsa colaborador, apesar das dificuldades enfrentadas apresentam mais chances de finalizar o curso de graduação com sucesso.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Educação, Assistência Social.

ABSTRACT

This study sets out to examine how effective the aid contributor, as the benefit of low-income student assistance the IFTO-Campus of applause. Taking into account that the student assistance program is run by the institution since your creation in the year 2005. However, by observing the ways of obtaining the aid, it was realized that this is insufficient to meet the real needs of the poor student who studies at the Institute in question. Yes, not all students applying for aid can be selected to receive the scholarship. While other students even getting the aid eventually give up studies because of some factors that do not were part of the research. But, if the help unveil Valley developer is enough to meet all the needs of the students receiving the scholarship, despite the difficulties they present more chances to finish the degree course successfully. To better understand the analysis of aid contributor, as part of the benefit of student assistance in the IFTO – Campus de Palmas, the research was coordinated from three main themes, which are directly connected to the subject. The first, "higher education in Brazil and the Student Assistance policy", presents the history of higher education in Brazil, since the Jesuit phase until the contemporary phase, with advances and setbacks with respect to the main legislation Brazilian educational throughout the ages; The second, "the Student Assistance in the IFTO – Campus de Palmas," features the Institute and the practice of student assistance, adopts from the regulatory policies of aid provided to students; The third, "the situation of education in Brazil and the field of the social worker", makes an analysis of the education as a social right and the relevance of the role of the social worker as articulator in the implementation of education policies for social inclusion. To examine some of the factors that affect negatively or positively to the completion of the permanence of students in undergraduate courses, financial aid can be counted as a means for the student to successfully reach your vocational training.

Keywords: Student Assistance, Education, Social Assistance.

GRÁFICO

Gráfico 01 – Os auxílios concedidos aos estudantes entrevistados.....	39
Gráfico 02 – Sexo dos estudantes entrevistados.....	41
Gráfico 03 – Estado civil dos estudantes entrevistados.....	42
Gráfico 04 – Identidade étnico racial dos estudantes entrevistados.....	42
Gráfico 05 – Se os estudantes possuem algum tipo de deficiência.....	43
Gráfico 06 – Religião dos estudantes entrevistados.....	45
Gráfico 07 – Composição familiar dos estudantes entrevistados.....	45
Gráfico 08 – Escolaridade do pai ou do responsável pelo estudante...	46
Gráfico 09 – Escolaridade da mãe ou do responsável.....	47
Gráfico 10 – O tipo de moradia dos estudantes pesquisados.....	48
Gráfico 11 – Tipo de renda da família dos estudantes pesquisados....	48
Gráfico 12 - Renda familiar dos estudantes pesquisados.....	49

TABELA

Tabela 1 - Os aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos que os estudantes entrevistados possuem.....	50
---	----

SIGLAS

ETF	Escola Técnica Federal.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística.
IFTO	Institutos Federais de Educação, Ciência E Tecnologia do Tocantins.
LDB	Diretrizes de Bases da Educação Nacional.
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAC	Programa Nacional de Educação e Cidadania.
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil.
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação .
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
UFT	Universidade Federal do Tocantins.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A POLITICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	15
2.1 As principais Legislações que garantem a Assistência Estudantil no Brasil	18
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS...20	
3.1 O auxilio colaborador como assistência estudantil no IFTO – Campus de Palmas.....	22
4 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	26
4.1 A intervenção do assistente social na defesa da política de educação	31
5 METODOLOGIA E ANALISE DOS DADOS.....	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	57

1 INTRODUÇÃO

Uma questão que vem sendo muito discutida no Brasil nas últimas décadas é a inclusão social por meio de uma educação de qualidade para todos. A partir de documentos como o Programa Nacional de Assistência Estudantil que foi aprovado pelo Decreto n 7.234/2010, com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, por meio da democratização das condições que favoreçam a permanência com sucesso na vida estudantil.

No entanto, desde a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 206, já declara que a educação é dever do estado e da família, em proporcionar condições para o acesso e permanência do estudante.

De modo que, nos últimos anos, verifica-se um discurso favorável à criação de mecanismos que garantam a permanência, reduzindo os efeitos das dificuldades concretas para que os estudantes universitários possam prosseguir sua vida acadêmica com sucesso.

Entretanto, parece claro que as conquistas maiores em relação aos direitos das pessoas menos favorecidas financeiramente, à inclusão social pela educação, se deram mais no que diz respeito à elaboração de leis e normas do que na concretização de ações que de fato possibilitem a real inserção destas pessoas na sociedade.

Pois, observa-se que, nos últimos anos, a educação e o sistema educacional brasileiro passam por diversas mudanças. Contudo, há uma precarização da área educacional que pode ser observada pelos cortes de verbas, perda de direitos trabalhistas dos profissionais da educação, baixos salários, entre outros problemas.

Tendo em vista essa realidade optou-se por realizar essa pesquisa a partir de três (03) eixos temáticos organizados da seguinte forma:

O primeiro, “Ensino Superior no Brasil e a Política de Assistência Estudantil”, apresenta um apanhado da trajetória do ensino superior no Brasil, com seus avanços e retrocessos, desde a fase Jesuítica até a fase atual. Tendo como principal base, as principais legislações educacionais brasileiras. O segundo, “A Assistência Estudantil no IFTO – Campus de Palmas” aborda a contextualização do Instituto, os meios legais pelos quais os alunos têm acesso ao auxílio de formação profissional, também denominado de estudante colaborador, enfatiza ainda, as

principais dificuldades de acesso, e quais os benefícios alcançados com o auxílio e as obrigações exigidas do aluno beneficiário;

O terceiro, “A situação da educação no Brasil e o campo de atuação do assistente social”, aborda alguns desafios e a relevância da atuação do profissional em serviço social como articulador na implementação de políticas de educação para todos. Estes três temas estão desenvolvidos em capítulos, que podem ser analisados ao longo do trabalho.

Por se tratar de uma questão diretamente ligada a serviço social, e pelos desafios vivenciados no cotidiano escolar pelos alunos do IFTO – Campus de Palmas, pertencentes à classe mais pobre, é que se decidiu realizar a pesquisa voltada para a temática, Estudo Sobre o Auxílio Colaborador No Instituto Federal do Tocantins como benefício de Assistência Estudantil.

No decorrer da pesquisa, teve-se a oportunidade de analisar os meios legais que o aluno precisa recorrer para conseguir o auxílio colaborador. Além, de verificar que apesar de alguns alunos se prontificarem a assumir as responsabilidades para ter acesso a esse benefício, nem todos conseguem. Devido aos recursos disponibilizados não ser o suficiente para atender todos os estudantes que dele necessitam para permanecer no curso, com sucesso na formação.

Fica evidente, que apesar do amparo legal, para que o aluno em situação de vulnerabilidade tenha oportunidades iguais aos alunos com maior poder aquisitivo em relação ao acesso e permanência nos estudos, na prática ainda faltam políticas públicas educacionais para atenderem a essas demandas.

Portanto, diante deste contexto, este trabalho pode contribuir de modo significativo, para os profissionais em serviço social, que têm se lançado ao enfrentamento do desafio, de se apropriar de conhecimentos legais, teóricos e metodológicos que contribuam para a sua atuação junto à assistência estudantil. Para que os estudantes menos favorecidos financeiramente tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade dentro da perspectiva de educação para todos.

Levando em conta essa realidade, foi essencial o estudo para verificar o tipo de assistência estudantil oferecida, e o perfil socioeconômico dos estudantes do Instituto IFTO – *Campus Palmas*.

Pois, ao analisar o perfil socioeconômico dos estudantes beneficiados com o auxílio no IFTO – Campus de Palmas no ano de 2016, pode-se ter uma visão mais

ampla, de que a forma como está acontecendo, não tem alcançado com eficiência o objetivo principal, em executar a Política de Assistência Estudantil, que é a busca da ampliação dos direitos dos estudantes, da igualdade de oportunidades, da promoção da inclusão social pela educação, visando à permanência e êxito na conclusão do ensino e formação profissional.

2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A POLITICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A educação no Brasil começou no período do primeiro Governo Geral, na chegada dos primeiros padres jesuítas, movidos por intenso movimento religioso de proclamação da fé cristã. A educação jesuítica permaneceu por mais de duzentos anos. Contudo o sistema educacional no país sofreu um retrocesso durante a reforma pombalina. Essa reforma se deu devido ao interesse político da colônia portuguesa de conquistar o capital necessário para sua passagem da etapa mercantil para a industrial. Seco e Amaral (2006), explica que:

Neste período, o então rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que caminha no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa, reforçando o Pacto Colonial, iniciando assim, uma tentativa de transformação no século XVII com as Reformas Pombalinas. Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. A ideia de pôr o reinado português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas. (SECO; AMARAL, 2006, p. 4)

As aulas régias instituídas por Pombal substituíram o ensino religioso promovido pelos padres jesuítas que foram expulsos do Brasil. A partir de então, iniciou-se a primeira experiência de ensino público promovido pelo Estado na história brasileira. No entanto, pedagogicamente, esta nova organização não representou avanço, pois o ensino era incoerente e fragmentado com aulas de disciplinas isoladas (ARANHA, 1996).

A autora destaca também, que não só durante o Império, mas mesmo no século XXI, a educação enfrenta problemas sérios. *“Ainda não há uma política de educação sistemática e planejada. As mudanças tendem a resolver problemas imediatos, sem encará-los como um todo”* (ARANHA, 2006 p.156).

No entanto, no que se refere à política educacional do país, esta, passou por transformações durante o Estado Novo, com a Proclamação da Constituição de 1934, vigorada pelo domínio do Governo de Vargas, que teve à frente do Ministério da educação Gustavo Capanema.

A concepção da política educacional no Estado Novo estará inteiramente orientada para o ensino profissional, objeto de atenção prioritária das

reformas encaminhadas pelo ministro de Vargas para a educação, Gustavo Capanema. (VIEIRA, FARIAS, 2003, p.97).

Em meio a essas mudanças educacionais a CF de 1934 no seu art. 157 instituiu a obrigação da União e do Estado de incluir em seus orçamentos recursos para serem destinados para a educação. Nesse período, passou também, a assegurar aos estudantes mais pobres, a assistência estudantil.

Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (BRASIL, 1934).

Com essas conquistas por meio da nova legislação, o processo educacional, ganhou novos avanços com a criação das leis orgânicas de ensino, que ficou conhecida como Reforma Capanema ocorrida no ano de 1942, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Essa foi considerada uma reforma elitista e conservadora.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1961, manteve a garantia dos direitos a Assistência Social Escolar, para os alunos pobres.

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. (BRASIL, 1961).

Já com o golpe militar de 1964, várias mudanças foram provocadas, principalmente no ensino superior, com repressões fortes aos estudantes que era ligado aos movimentos estudantis. A política educacional durante a ditadura teve um viés tecnicista, onde o interesse em investir na educação, sobretudo a superior, significaria o crescimento da economia, atendendo ao setor industrial e tecnológico, usando a mão de obra humana para atender as demandas do capital (ARANHA, 1996).

A política educacional, após a Constituição de 1988 estendeu a um segundo plano, sem definições concretas, sendo o Programa Nacional de Educação e Cidadania (PNAC) o único programa responsável por definir os rumos da educação no país, e garantir a permanência dos estudantes nas instituições.

Só a partir da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, em substituição à de 1971, as transformações começaram a ocorrer na educação, principalmente na de nível superior. Alicerçada na Constituição de 1988, a LDB abriu espaço para consolidar medidas que melhoraram o acesso e a permanência dos alunos nas instituições, dentre as medidas, houve melhor financiamento do ensino no Brasil.

Embora que, desde a Constituição de 1946, tenha declarado que a educação passa a ser concebida como um direito de todos, e a Assistência Estudantil torna-se obrigatória em todos os sistemas de ensino, conforme aponta o artigo 172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946).

Ainda assim, para avançar na realização das medidas concretas, a LDB de 1996, precisou contar com o reforço de mecanismos como o Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas e objetivos a serem alcançados a cada 10 anos.

Faz-se necessário então, analisar como em seu Artigo 43, a Lei nº 9.394/96, apresenta a finalidade da educação superior através dos parágrafos;

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, o ensino superior tem por objetivos o aperfeiçoamento da formação cultural do indivíduo, capacitando-o para o exercício da profissão, para o exercício da reflexão crítica, e a participação na produção e sistematização do saber.

Percebe-se então que nos espaços das instituições de ensino superior, no processo de ensino e aprendizagem, deve-se oportunizar aos alunos, vivências e aprendizagens significativa, para a sua atuação consciente na sociedade da qual faz parte. Luckesi (2001), reafirma essa ideia ao enfatizar que: *“Queremos, enfim, uma universidade onde possamos lutar para conquistar espaços de liberdade. Enquanto pensamos livremente, questionamos livremente e livremente avaliamos a nossa responsabilidade”*. (LUCKESI, 2001, p. 44)

No entanto, embora tenham ocorrido algumas mudanças para melhor, as constantes alterações legislativas e as políticas administrativas que regem o ensino superior no Brasil, não tem sido o suficiente para proporcionar intervenção construtiva para corrigir problemas que impedem o acesso e a permanência do estudante no ensino superior. E atenda as potencialidades dos educandos em sua capacidade de pensar analiticamente, refletir de forma crítica sobre sua realidade, e agir na transformação para a melhoria da sociedade.

2.1 As principais Legislações que garantem a Assistência Estudantil no Brasil

Em meio as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade social para se manter em cursos de nível superior, as legislações existentes oferecem garantias que necessitam ser concretizadas para facilitar a oportunidade de formação e capacitação profissional.

A LDB de 1996, garante ao aluno o direito a condições favoráveis a concluir seus estudos com sucesso na aprendizagem, quando determina em seu “Art. 3º que o ensino será ministrado com base no princípio: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Para que esse princípio possa ser garantido ao aluno, foi instituído o Plano de Assistência Estudantil. O aluno em situação de vulnerabilidade social que estuda nas instituições federais de ensino superior, pode receber auxílios para continuar os estudos com maiores possibilidades de êxito.

Dentre as instituições de ensino superior profissionalizante, estão os Institutos Federais de Educação, Ciência E Tecnologia, que de acordo com o art. 2, da lei n. 11.892/2008, declara que,

Os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, o IFTO – Campus de Palmas, então é criado para promover a oferta de cursos de formação, principalmente voltadas para a Educação Profissional. Promovendo a oportunidades de estudos profissionalizante principalmente para os alunos oriundos das escolas da redes públicas de ensino.

Já, com a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 10 de janeiro de 2001, foi construído o Programa Nacional de Assistência Estudantil, a partir do decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.

O PNAES no seu artigo 4º garante que:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010).

O Programa de Assistência Estudantil para alunos do ensino superior da universidade pública contempla os seguintes auxílios: auxílio transporte; auxílio alimentação; auxílio moradia; auxílio material didático; auxílio uniforme; auxílio pais-estudantes (creche); auxílio emergencial; assistência médica, odontológica e psicossocial; arte, cultura, esporte e lazer e auxílio de formação profissional (estudante colaborador).

Esses programas de assistência podem ser observados no contexto educacional do Instituto Federal do Tocantins – Campus de Palmas. Pois, desde a sua criação no ano de 2005, iniciou-se os serviços de assistência ao estudante.

Desse modo, o IFTO - Campos de Palmas, no desenvolvimento do processo de sua política educacional, busca dentro do cenário atual, elaborar programas e projetos e concretizar melhorias nas condições de permanência dos estudantes e legitimação de direitos já existentes de acordo com a política de assistência estudantil.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins IFTO - Campus Palmas, está inserido em um contexto brasileiro de profundas desigualdades sociais. Desde sua criação em 2005, foram observadas várias expressões da questão social que dificultavam a permanência dos alunos com sucesso nos estudos.

Diante dessa realidade, os serviços de assistência ao estudante no IFTO – Campus de Palmas, iniciaram no ano 2005, ainda como Escola Técnica Federal (ETF), com uma equipe multidisciplinar de profissionais voltada ao atendimento aos alunos. Mais tarde, por meio do regulamento do Programa de Assistência Estudantil, Instituído em maio de 2011, foi implantada a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFTO – Campus Palmas. (ROSA; AMORIM; MACEDO, 2015).

Conforme enfatiza Souza (2017) em análise às políticas de assistência social nos institutos Federais do Brasil.

As instituições educacionais públicas, principalmente pelo fato de serem mantidas com recursos arrecadados de todos os cidadãos, devem ir além do seu papel tradicional de disseminar conhecimentos que envolvam o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. A responsabilidade social de uma instituição pública federal voltada para a educação deve estar associada aos processos sociais, buscando o atendimento a demandas evidenciadas pelo contexto societário ao qual ela está inserida na perspectiva da institucionalização de direitos sociais (IFES, 2011 apud SOUZA, 2017, p. 137).

A assistência estudantil integra o rol das políticas sociais que visa atender os membros da sociedade de forma abrangente, e atender em especial os indivíduos menos favorecidos em termos de recursos financeiros, para financiar suas necessidades educacionais e outras.

Em vista disso, o público-alvo da assistência estudantil é descrito no decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Art. 4º Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010).

Conforme descrito, nesse Decreto, é garantido aos Institutos Federais de Ensino superior, a oferta da assistência estudantil aos seus alunos para garantir seu acesso, permanência e conclusão nos cursos em igualdade de oportunidades em relação aos alunos de classes sociais mais elevadas financeiramente.

O PNAES é um programa federal, e sua execução é descentralizada, assim, cada universidade tem autonomia para utilizar os recursos disponibilizados, de acordo com suas necessidades.

Por isso, o Programa de Assistência Estudantil no IFTO – Campus Palmas, de acordo com o que lhe é disponibilizado pela política de assistência ao aluno, oferece os seguintes auxílios: Auxílio transporte; Auxílio Alimentação; Auxílio Moradia; Auxílio Material Didático; Auxílio Uniforme; Auxílio Creche; Auxílio Emergencial; assistência médica, odontológica e psicossocial; arte, cultura, esporte e lazer e auxílio de formação profissional (estudante colaborador).

Dentre esses auxílios ofertados, daremos maior ênfase ao auxílio colaborador, por estar condizente com o objetivo da pesquisa realizada, de modo a analisar a forma de acesso dos estudantes aos benefícios desse auxílio no IFTO – Campus Palmas.

O Campus segue o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, aprovado pela Resolução nº 04/2011/CONSUP/IFTO, de 30 de junho de 2011 e alterado pela Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO, de 8 de agosto de 2014.

O Regulamento, no seu Art. 1º declara que:

O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFTO em todas as modalidades, visando o acesso, a permanência e o êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento e melhoria do desempenho escolar e de qualidade de vida. (BRASIL, 2014).

Dentro desta perspectiva, é feito o levantamento das dificuldades e necessidades dos estudantes, por meio do diagnóstico do contexto social o qual estão inseridos, e a partir de então é feita a intervenção social com a orientação do aluno para participar do atendimento nos programas.

3.1 O auxílio colaborador como assistência estudantil no IFTO – Campus de Palmas

O Programa de Assistência Estudantil oferecido pelo IFTO - campus Palmas - é executado de acordo com o Regulamento, obedecendo a critérios estabelecidos, tais como renda per capita familiar máxima exigida de até um salário mínimo e meio.

Todos os critérios, para a obtenção do recurso, são preestabelecidos no edital de seleção dos candidatos às vagas do auxílio colaborador. A cada ano, através do edital, o aluno tem a oportunidade de conhecer as informações para obter os meios oferecidos para que possa se inscrever e participar do processo de seleção dos bolsistas.

O processo de seleção do Programa de Assistência Estudantil é realizada por meio de edital e envolve várias etapas. É executado pela equipe de assistentes sociais e realizado durante o início do ano letivo. Quando há demanda e recurso financeiro disponível também no segundo semestre do ano letivo (ROSA; AMORIM; MACEDO, 2015).

Em se tratando da bolsa formação profissional, o também denominado de estudante colaborador, o Regulamento no seu artigo 38, enfatiza que:

A Bolsa-Formação Profissional consiste na inserção do estudante em setores da administração do IFTO, visando à integração social e ao aperfeiçoamento profissional e cultural, proporcionando a complementação do processo de ensino-aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas e vinculadas, prioritariamente, à área de formação do estudante. (IFTO, 2018).

Esse auxílio é uma estratégia, para a efetivação da democratização da educação dentro das políticas pública, que possibilitam a permanência com sucesso do aluno no sistema educacional do Instituto. Assim, com base nas necessidades de seus discentes, o Instituto Federal do Tocantins – IFTO, executa suas ações de inclusão do aluno, a partir das políticas de assistência ao estudante.

De acordo com o Edital do Campus de Palmas do ano de 2018, para o aluno ter acesso ao auxílio bolsa colaborador, é necessário passar por uma entrevista realizada por uma banca, formada por profissionais do Campus. Alguns critérios devem ser atendidos pelos candidatos ao auxílio como, adequação ao perfil desejado; disponibilidade de tempo para o cumprimento da carga horária de 12

horas semanais; Desempenho acadêmico nas áreas de interesse do Setor (quando couber testes ou análise curricular).

Além, da carga horária dos serviços prestados semanalmente de 12 horas semanais, dividido em três dias com carga horária diária de 4 horas, o Edital trata da duração do contrato que é de um ano dentro do ano letivo, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com o interesse de uma das partes, mediante justificativa cabível e formal; e da remuneração Mensal no valor de 477,00 (Quatrocentos e setenta e sete), depositada diretamente em Conta Corrente ou Poupança em nome do aluno.

No entanto, através de uma pesquisa documental realizada na secretaria do Instituto - Campus de Palmas, no mês de abril de 2019, analisou-se que no ano de 2016, 290 alunos solicitaram o benefício auxílio colaborador, mas apenas 193 alunos foram beneficiados, sendo que 97 dos estudantes tiveram suas solicitações indeferidas.

Essa realidade, demonstra a negação ou, a violação de um direito, sendo que mesmo o aluno que se enquadra nos critérios pré-estabelecidos, como os que possuem renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, e que estejam regularmente matriculados, não consegue o auxílio por não ter o recurso suficiente para atender a todos os alunos de baixa renda matriculados e que dele necessitam. Pois, no próprio edital já está estipulado a quantidade de bolsas que serão disponibilizadas no ano. Conforme esclarece a Resolução Normativa Nº 32/Cun, de 27 de Agosto de 2013 no seu artigo 8º, § 1º “O edital estabelecerá o número de bolsas, os critérios de seleção, os documentos exigidos, os prazos e o local da inscrição”.

Diante desse quadro da realidade vivenciada nos Institutos Federais de educação, em especial no Campus de Palmas, Degenszajn et. al. (2012 p. 4) enfatiza que “O debate sobre as políticas sociais brasileiras demonstra que historicamente estas políticas se caracterizaram por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos.”

Conforme esclarece Pereira-Pereira (2008), em uma sociedade, inspirada na ideologia neoliberal, como é a brasileira, a política social, é compreendida como aquela que antes de analisar as condições desiguais das pessoas nas classes da sociedade; é avaliado os recursos a serem distribuídos.

O que torna mais difícil conhecer os determinantes das desigualdades sociais, e a manifestação dessas por meios das necessidades para que com maior clareza possa intervir e modificá-la. “Para tanto, há de se identificar as forças e os agentes que disputam recursos e oportunidades para implementar as políticas sociais” (SOUZA 2017 p. 137).

O aluno que não consegue ter acesso ao auxílio, e que dele necessita para se manter nos estudos, muitas vezes, acaba por entrar nas estatísticas dos reprovados ou evadidos. Por se candidatar à vaga de bolsista e não ser aprovado, são oportunidades que o estudante perde, levando em conta que o auxílio é ofertado, “visando à integração social, cultural e aperfeiçoamento profissional, de modo a proporcionar a complementação do processo de aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas” (ROSA; AMORIM; MACEDO, 2015).

Portanto, é de fundamental importância as bolsas oferecidas pelo governo ou pelas próprias instituições, a fim de que os alunos tenham condições financeiras para ingressar e permanecer em seus cursos desejados. (SOARES 2014, p. 09).

É evidente que os auxílios ofertados aos alunos em situação de vulnerabilidade social, oferecem uma oportunidade a mais para seu sucesso nos estudos. No entanto, ao analisar a forma como é ofertado o auxílio bolsa colaborador, algumas questões necessitam serem reavaliadas. No caso do acadêmico que entra nesse sistema de auxílio estudantil, assina, um termo de compromisso no qual é apresentado de forma bem explícita quais os direitos, e as obrigações do bolsista com o IFTO. Dentre as obrigações, o aluno tem que cumprir a carga horária de acordo com o compromisso firmado a cada ano. Conforme o Termo de Compromisso de Bolsista Colaborador - da Carga Horária, Cláusula 4^a,

O BOLSISTA terá uma jornada total de 20 horas semanais, sendo cumpridas 04 horas diárias, no período matutino, vespertino ou noturno (até às 22h00min), ficando deste modo completamente compatível com o horário escolar e com a legislação vigente. (IFTO,2017, p. 01).

O aluno fica obrigado a cumprir essa carga horária, como se fosse um funcionário do Campus. Sem ter direito a faltar diante da necessidade de realizar outras atividades estudantis, ou resolver problemas pessoais, sob pena de ser cortado seu ponto. O que torna incoerente com o objetivo do auxílio, uma vez que é oferecer melhores oportunidades de novas aprendizagens e sucesso nos estudos.

Por tanto, devido à assistência estudantil fazer parte do rol de políticas sociais, é justo que o estudante que dela necessita para seu processo de formação profissional, tenha acesso e desfrute dessa assistência que é sua por direito.

4 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Estudos realizados ao longo dos últimos tempos tem apontado a real situação do Brasil em relação aos serviços sociais públicos. As conclusões que se tem chegado demonstram que muitos são os desafios a serem vencidos em relação à inclusão social.

Robert Boyer, em seu artigo “O Brasil como o pioneiro no crescimento inclusivo da América Latina: o próximo passo da política social”. Que de acordo com ele, foi preparado especialmente para a Revista Política Social e Desenvolvimento; Destaca no texto “Uma agenda inacabada: transferências de dinheiro, mas pobreza de serviços sociais públicos”, que as gerências dos recursos públicos por parte dos governantes não tem sido adequada para minimizar as desigualdades sociais. No seu artigo Boyer (2013) faz uma análise da situação de social do Brasil.

Muitas investigações estatísticas e econométricas mostram que a alta volatilidade macroeconômica e as crises financeiras reduzem o bem-estar e, em geral, ampliam a pobreza e assim aprofundam a desigualdade por baixo, enquanto bolhas inflam-na por cima. Isto é aplicável à América Latina (PANIGO, 2008 apud BOYER 2013, p. 9).

Os serviços públicos não atendem com qualidade, as pessoas que dele precisam, principalmente as da classe populacional mais pobre. “No Estado dito “Democrático” e de Direito as políticas sociais públicas não são efetivadas como são preconizadas em Lei” (RIBEIRO 2014, p. 25).

No entanto, é interessante pensar a relevância das políticas sociais, para o atendimento das necessidades das pessoas que não tem acesso aos recursos necessários, para a obtenção dos serviços e bens essenciais. Embora, as políticas sociais possam ser vistas de várias formas, como declara Vieira (2009) ao afirmar que:

Muitos se têm dedicado à nem sempre fácil tarefa de esclarecer a essência das políticas sociais. As políticas sociais têm sido ligadas ao funcionamento do mercado, à capacidade de compensar as falhas deste, à ação e aos projetos dos governos, aos problemas sociais, à reprodução das relações sociais, à transformação dos trabalhadores não assalariados em trabalhadores assalariados, ao abrandamento dos conflitos de classe e etc. (VIEIRA, 2009, p.13)

Para a população brasileira, além de entender o papel das políticas sociais, é de extrema importância a efetivação dessas, como direito social, essencial para seu desenvolvimento e sustentação como indivíduo. Apesar de desde 1948, ter sido elaborado pela ONU, o documento garantindo os direitos, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nos tempos atuais, o que é garantido nas legislações no que diz respeito aos direitos sociais do cidadão brasileiro é incompatível com o que na realidade, lhe é disponibilizado.

Conforme enfatiza Vieira (2009, p. 149) “na concepção liberal, a política social objetiva permitir aos indivíduos a satisfação de certas necessidades não levadas em conta pelo mercado capitalista”. Em se tratando desse assunto, Souza (2017) afirma haver uma discrepância “entre real e o formal”.

Se tomarmos essas definições, por assim dizer canônicas, dos direitos sociais como ponto de partida para avaliar os tempos que correm, então não teríamos muitas alternativas a não ser constatar (mais uma vez!) a brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões – e nesse caso, falar dos direitos sociais seria falar de sua impotência em alterar a ordem do mundo, impotência que se arma no descompasso entre a grandiosidade dos ideais e a realidade bruta das discriminações, exclusões e violências que atingem as maiorias (TELLES, 1999 apud SOUZA, 2017 p. 39).

Mesmo diante dos avanços, os serviços públicos “efetiva-se de forma reduzida, de má qualidade – apesar da sociedade contribuir com impostos exorbitantes, não obtém o retorno dos seus direitos por meio de políticas sociais públicas eficazes e de qualidade” (RIBEIRO 2014, p. 25). Dentro desta realidade, está inserida, a escola pública de ensino superior.

No tocante a política de educação, esta sofre sérias limitações, sendo uma delas a redução de verbas; a desvalorização dos profissionais que atuam nesta área, como os professores; falta de condições dignas de trabalho, sejam humanas, matérias e de estrutura física, entre outras (GOMES, 2014, p. 3).

A expansão da educação em nível superior para o atendimento da classe trabalhadora, não foi pensada para atender seu direito de cidadania social. “A educação e os espaços que ela utiliza são o parâmetro das expressões da questão social e de como o Estado e a sociedade civil tem se portado frente a esses fenômenos” (Silva org. 2012, p. 114). Essa questão, fica clara, contando que o acesso à educação profissionalizante para o aluno pobre se deu levando em conta,

as necessidades da classe dominante, em receber serviços de qualidade através da mão de obra qualificada.

Conforme destaca Souza (2017) quando diz que,

A expansão da educação, e conseqüentemente da escola, se dá no seio do desenvolvimento capitalista como fenômeno dinâmico; ela se gesta entre a mediação dos interesses da burguesia de moldar e preparar trabalhadores para determinados postos de trabalho com o discurso da qualificação, ao mesmo tempo em que abarca as demandas da classe trabalhadora incorporada por estudantes e professores que participaram ou estão vivenciando este processo de formação educacional e profissional. (SOUZA, 2017 p. 37).

Este é um dos fatores, segundo o autor, que levou a criação de vagas nas Universidades para atender ao aluno em situação de vulnerabilidade. Não para mudar as condições das desigualdades econômicas e sociais do país. Para Couto (2010, p. 71), *“Ainda persiste uma hegemonia política e ideológica no mundo capitalista, que tem sido a responsável pelo grande embate realizado no campo dos direitos sociais”*.

Por esse motivo, não foi pensado no direito do estudante de classes mais pobre, permanecer na escola com condições favoráveis de sucesso na sua formação profissional. De acordo com Souza, (2017 p. 44). *“A distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, tal como a distinção de classe, tem como uma das suas expressões a destinação e o acesso diferenciado ao ensino superior”*.

Apesar de o direito à educação ter sido garantido desde a Constituição Imperial de 1824, a expansão das vagas nas universidades públicas federais e estaduais, iniciou-se a partir da década de 1950. Vasconcelos (2010, p. 401), destaca que, *“entre as décadas de 50 e 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares”*.

Com a expansão do ensino superior na década de 1970 foram ofertadas 300 mil matrículas, já em 1980 passou-se para um milhão e meio de matrículas em todo país, (IMPERATORI, 2017). Essa foi uma das conquistas conseguidas com as lutas de seguimentos sociais excluídos ao longo da história. A busca pela democratização das políticas públicas que atendam as necessidades da população.

Levando em conta essas conquistas, Imperatori (2017 p. 288), destaca que *“a Constituição Federal de 1988, também chamada Constituição Cidadã, foi resultado da pressão de diversos movimentos sociais que consolidou direitos sociais e*

políticos reivindicados no processo de redemocratização”. Com destaque maior para a educação, que é reconhecida como um direito social, assim como outras políticas sociais. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, declara no seu,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Universidade pública de ensino superior para atender aos estudantes é um direito social destes, garantido na Constituição Federal, ao que, em seu Capítulo II – artigo 6º, declara:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Ao conceber a educação como direito social, um fator que deve ser levado em conta, é a oferta de uma educação de qualidade, que contempla profissionais qualificados, espaços com infraestrutura adequada. Onde, possa ser articulada, qualidade do ensino ofertado, e condições de permanência dos alunos nos cursos para desenvolver a aprendizagem, pois, essas são condições indissociáveis, como explica Finatti et al. (2007) ao dizer que:

Para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições. (FINATTI ET AL. 2007, p. 248).

No entanto, mesmo com os avanços e as garantias constitucionais, as Universidades Públicas, e os Institutos Federais de Ensino Superior no Brasil, não têm suprido as necessidades dos estudantes, no que se refere ao quantitativo de vagas, que não é o suficiente para atender a demanda; a qualidade do ensino ofertado; e em sanar as dificuldades do aluno da classe trabalhadora para se manter em cursos profissionalizantes. Como enfatiza Valentina (2012, p. 46), *“Muitas são as dificuldades com as quais todo e qualquer aluno se depara ao ingressar no mundo acadêmico como a grande promessa e possibilidade de transformação de sua história de vida”*.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, há o esforço de efetivar ações coordenadas para o atendimento da educação. Com estrutura política em prol do social, criando assim, espaço para as ações afirmativas com discussão, e ampla participação (ROSA; AMORIM; MACEDO, 2015).

As políticas educacionais vigentes no país, não têm sido o suficiente para assegurado ao estudante as condições de estudo, e a qualidade do ensino que faça a diferença na sua formação para a melhoria da qualidade de vida. Isso por que, segundo Souza (2017),

As políticas educacionais brasileiras se fundamentam por princípios meritocráticos que, apesar de ao longo da história ter se implementado medidas para a expansão escolar e ampliação dos níveis de escolaridade, não quer dizer, necessariamente, que a democratização escolar tornou a escola mais justa (VALLE; RUSCHELL, 2010 apud SOUZA, 2017 p. 110).

Diante das injustiças sociais e mediante os desafios para ter acesso e permanecer até a formação profissionalizante, muitos alunos acabam por desistir de fazer uma faculdade e obter o diploma, outros chegam a iniciar os estudos e desistem durante o curso.

No ano de 1990, o Brasil participou da “Conferência Mundial de Educação para Todos”, em Jomtien, na Tailândia, e ao lado de outros oito países com elevado índice de analfabetismo, e firmou o compromisso de melhorar a qualidade da educação. Esse compromisso foi feito “com organismos internacionais, como o Banco Mundial; a UNESCO; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF” (SOUZA, 2017 p. 103).

Embora o Brasil tenha feito o compromisso de criar projetos e programa para investimento na melhoria da qualidade da educação no que diz respeito ao acesso dos alunos, condições de permanência e práticas educativas com profissionais qualificados. Não tem avançado com êxito na implementação de políticas públicas de educação que atenda a população com qualidade.

Na realidade ainda existem fatores que interferem no avanço dos programas educacionais. Essa não deveria ser a realidade, como enfatiza, (FELICETTI; MOROSINI, 2009 apud *Imperatori*, 2017 p. 290), “questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que

venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior”.

Neste contexto da educação no Brasil, com seus avanços e retrocessos, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, o profissional em Serviço Social pode ser um articulador, pronto para enfrentar a expressão da questão social. Uma vez que a ampliação do papel social da educação e das políticas educacionais não tem levado em conta a necessidade da classe trabalhadora em questão de qualificação e melhoria da qualidade de vida.

A educação necessita de políticas educacionais que funcionam de fato para atender a todos os alunos com qualidade. Articulada à educação é necessário que haja a política de assistência estudantil, para dar suporte ao aluno menos favorecido financeiramente para que tenham oportunidades iguais aos demais com boas condições financeiras.

No que se refere ao assistente social, é importante ressaltar que esta, é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo e tem sua atuação pautada nas contradições para minimizar as desigualdades sociais. Essa atuação pode fazer a diferença principalmente no campo educacional.

4.1 A intervenção do assistente social na defesa da política de educação

Vivemos no século XXI, em que os fundamentos teórico-metodológicos da educação escolar, centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos. Ainda assim, são vários os fatores que dificultam o acesso e a permanência de alunos das classes sociais menos favorecidas do Brasil nas instituições de ensino em todos os níveis, mas principalmente de ensino superior.

Soares (2014) enfatiza algumas das situações da vulnerabilidade do estudante à desistência dos estudos nas universidades, ao declarar que:

Além de expectativas e ideais, muitos estudantes, chegam à universidade com dúvidas e apreensões sobre as dificuldades que poderão enfrentar para se manter no ensino superior, muitas vezes longe de casa, sem recursos para pagar passagens de ônibus, alimentação, aluguel e livros. (SOARES, 2014, p. 09).

Essa é a realidade vivenciada por alunos nas instituições de ensino superior em todo o país. Os problemas financeiros estão entre os principais fatores responsáveis pelo mau desempenho estudantil, e pela desistência escolar de grande

parte dos alunos que não tem conseguido concluir um curso profissionalizante de nível superior. Esses são problemas ocasionados por uma sociedade organizada a partir de um regime política capitalista. Onde as desigualdades são vivenciadas nas relações sociais.

A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Esta é uma lei estrutural do processo de acumulação capitalista. A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado (Cf. CFESS, 2001 p. 48).

Numa sociedade capitalista e injusta, a questão financeira é um dos motivos pelo qual alunos abandonam seus cursos escolhidos para se tornarem profissionais habilitados em termos de formação, apesar de existirem outras variáveis que interferem de forma direta para a reprovação ou desistência do aluno.

Imperatori (2017) destaca a necessidade de levar em conta a qualidade do ensino ofertado pelas instituições de nível superior. O autor chama também a atenção para os problemas ocasionados pelas desigualdades de acesso aos recursos financeiros, quando se refere à permanência dos alunos mais pobres nos estudos, ao enfatizar que,

Dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho (VARGAS, 2008 apud IMPERATORI, 2017, p. 6).

O que torna imprescindível a atuação do profissional em serviço social. A partir da compreensão acerca das condições necessárias para a permanência com sucesso do estudante em sua carreira estudantil.

“O processo de acesso, permanência e conclusão qualifica-se como uma garantia do direito à educação. O direito à educação, sendo dever do poder público, é garantido à medida que são criados mecanismos concretos de efetivação desse direito” (ROSA; AMORIM; MACEDO, 2015 p. 124).

Para Demo (2002, p. 41) *“a educação tende a preencher o papel mais estratégico na política social”*. De modo que a articulação do assistente social junto ao aluno pobre na conquista de seus direitos, a partir do atendimento via programas nas linhas de ações propostas pelo PNAES faz toda a diferença.

Pois, segundo Barbosa (2009), a política de assistência estudantil serve de apoio ao aluno que dela necessita, ao descrever a assistência como:

O conjunto de políticas realizadas através dos programas de promoção, assistência e apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos (BARBOSA, 2009, p. 39).

Devido às altas taxas de desigualdade social, a assistência estudantil tem sido um dos mecanismos mais relevantes para a permanência com sucesso dos estudantes nos seus cursos de graduação. O assistente social tem a capacidade de apresentar relevante atuação na intervenção junto aos órgãos competentes na criação e efetivação de ações para o atendimento de alunos em situação de vulnerabilidade.

Levando em conta que o próprio assistente social, no seu processo de formação, vivencia os espaços educacionais com suas contradições nas vivências sociais. “Do ponto de vista da formação e do exercício profissional, as questões a serem refletidas e aprofundadas pelo Serviço Social se encontram no campo da economia, da política e da cultura” (CFESS-CRESS, 2011-2014 p. 8).

Quando o Brasil participou no ano de 1990, da “Conferência Mundial de Educação para Todos”, em Jomtien, na Tailândia,

Firmou-se o compromisso de melhora na qualidade da educação básica, com o pressuposto de universalização aliada à educação profissional; e a necessidade do estabelecimento de novas competências e habilidades, que girariam em torno da aproximação das demandas advindas do trabalho associadas à esfera privada, social e cultural, para o devido desenvolvimento do indivíduo em sociedade. (SOUZA, 2017 p.104).

Diante do desafio da implementação das políticas públicas, direcionadas para a expansão e democratização da Educação Superior no Brasil, vale a pena levar em conta a Política de Assistência Estudantil, a partir da intervenção do serviço social.

Tendo em conta que:

A Universidade, como instituição de conhecimento, apresenta-se na atualidade como um dos principais caminhos que contribuem para que o aluno possa construir e realizar o seu projeto de vida, seja ele pessoal ou profissional. (VALENTINA 2012, p. 46).

Partindo do pressuposto que um dos compromissos éticos do profissional em assistência social é a construção progressiva de uma sociedade mais igualitária, Gomes diz que,

O assistente social é chamado a intervir nessa realidade social cada vez mais complexa e problemática, que envolve múltiplas expressões da questão social, e que incide diretamente no processo de ensino/aprendizado do aluno, nas relações familiares e, na forma como as instituições de ensino estão organizadas (GOMES, 2014, p. 3).

No que diz respeito à complexidade da organização da sociedade, e da necessidade de políticas sociais para atender aos alunos, independente de nível social; para Silva (2013), o profissional em serviço social pode atuar de forma significativa na defesa de políticas de assistências estudantis, para o atendimento das necessidades das pessoas mais pobres da sociedade.

A perspectiva de que é o Serviço Social, o profissional responsável por enfrentar a expressão da questão social representada pelo fenômeno da pobreza, das desigualdades, das carências de toda a sorte, justifica a atuação de jovens e adultos de estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora. (SILVA, 2013, p. 143).

O papel do serviço social vai além da busca por garantia do direito dos estudantes a uma política educacional, que possa garantir sua permanência no processo estudantil.

Sua ação mediante as possibilidades existentes viabilizadas pelas políticas sociais, *“Buscando alternativas para os desafios impostos pela dinâmica da ordem do capital que interfere no acesso e qualidade da política educacional”* (ROSA; AMORIM; MACEDO, 2015 p. 124). Mas que também, ofereça condições para a promoção de uma formação plena e de qualidade aos discentes.

A política de assistência estudantil nesse processo pode facilitar o exercício de empoderamento educacional do aluno de classe social de baixa renda. Referindo-se a essa realidade, Imperatori (2017) ressalta que o processo de construção da assistência estudantil, bem como a busca pela qualidade da educação no Brasil, foi marcada por lutas de movimentos sociais.

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência

estudantil, significando um avanço no acesso à universidade (BARBOSA, 2009, apud IMPERATORI, 2017 p. 292).

A escola é um espaço diferenciado, que contempla a expressão da questão social. Almeida (2005), fala das políticas da educação, com relação ao resultado das lutas sociais, na busca por acesso ao conhecimento através da educação pública.

[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (ALMEIDA, 2005, p. 10).

A educação tem função primordial no processo de democratização dos serviços à população. E a atuação do Serviço Social, nesse processo, no âmbito da educação pode ser compreendido como um mecanismo de direito social, que pode passar por varias áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes, até o provimento de recursos mínimos para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior.

“No caso das escolas públicas, e inegável a importância que as políticas de assistência social tiveram para o aumento e a permanência de estudantes em sala de aula.” (SILVA, 2012, p. 15)

Educação de qualidade para todos e democracia são elementos dissociáveis para uma sociedade mais igualitária e mais justa. Almeida (2012) enfatiza que,

Compreender o papel que a educação tem na construção da democracia a partir da relação entre Estado e sociedade civil requer situar suas diferentes nuances, conceitual e historicamente. Os contornos assumidos por essa relação ao longo de todo o século XX estão longe de emprestar qualquer noção de progresso e continuidade linear às interpretações sobre os rumos da democracia, assim como das funções da educação nesta direção. (ALMEIDA 2012, p.34).

Educação e democracia são dois processos condizentes com justiça social. *“sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo, portanto, real participação deles no rendimento da produção”* (VIEIRA 2009, p. 134).

Para que o indivíduo possa participar no controle das decisões, faz-se necessário o conhecimento adquirido a partir do processo ensino e aprendizagem.

Por tanto, ao assumir o papel de articulador das políticas educacionais, os profissionais necessitam levar em conta a situação do aluno menos favorecido em termos de recursos financeiros, e a partir do que é disponibilizado nos programas e projetos de assistência estudantil, fazer um trabalho de orientação e encaminhamento para atendimento com o benefício. Como enfatiza Xavier (2010), no que diz respeito a dimensão socioeducativa, a assistência social,

Traduz uma ação essencial da profissão, no que tange a forma de intervir na realidade social, utilizando-se de ferramentas educacionais e objetivando incidir sua ação também no campo dos conhecimentos, dos valores, dos comportamentos e da cultura. Tal ação tem efeitos reais na vida dos sujeitos, seja para perpetuar a ordem vigente, seja para construção de uma contra hegemonia. (XAVIER, 2010, p. 28).

Sua participação na defesa de Políticas de Educação representa para o Serviço Social, uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação para todos. Por meio de ações que promovam o acesso e a permanência do aluno na escola de qualidade, independente da classe social.

Essa é uma questão de olhar para uma sociedade capitalista e materialista, com privilégios acerbados de poucos e perda de direitos humanísticos de grande parte da parcela da sociedade brasileira que é constituído pelos mais pobres e desassistidos pelos direitos sociais que é dever do Estado. A esse respeito, Silva (2012), enfatiza que,

A inserção do profissional de serviço social na Educação constitui-se numa perspectiva real de recuperação dessa humanidade roubada por meio dos esforços contínuos de criação de laços de reconhecimento entre os sujeitos que desenvolvem os processos de articulação. Assim, permite-se que o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, estejam a serviço da reconstrução da dignidade humana. (SILVA, 2012, p. 123).

O assistente social na sua atuação na área educacional tem a capacidade de agir para buscar a efetivação dos direitos garantidos na legislação do país, mas que não são concretizados por que, na maioria dos casos, quem tem o poder de decisão, não faz parte da população desfavorecida. Um exemplo do campo em que o assistente social pode atuar, é na defesa de política de assistência estudantil, e dentro dessa, o auxílio colaborador para ser disponibilizado para o aluno sem cobrar dele a contra partida como cumprimento rígido de carga horária, como é cobrada atualmente, já que esse auxílio é um direito do aluno que se enquadra nos critérios estabelecidos pelo IFTO.

É através da educação de qualidade, na formação de pessoas conhecedoras de seus direitos e deveres, preparadas para atuarem nas mais diversas áreas da sociedade, que o processo de redemocratização social pode tomar novos rumos.

A inserção do profissional de serviço social na Educação é uma questão de justiça social que, concretizada, contribuirá para a correção de práticas de injustiça com todo o segmento da comunidade escolar, professores, famílias, alunos comunidade (SILVA, 2012, p. 123).

Para tanto, o profissional de serviço social, bem como os demais profissionais de outras áreas, necessitam de um processo de formação educacional de qualidade, que o capacite a perceber de forma crítica a realidade social na qual está inserido. Para que possa a partir dos meios legais, atuar com competência na luta pela democratização no âmbito dos direitos sociais com serviços de qualidade que atenda toda a sociedade.

É preciso considerar que não se formam cidadãos, não se cria cultura cívica, consciência social crítica de classe, de categorias sociais ou de setores econômicos sem uma base educacional que se inicie no primeiro estágio, aprofunde-se no segundo e atinja o seu clímax no ensino superior. (OLIVEIRA, 2010, p. 145).

Educação de qualidade para todos, independente da classe social, na formação do cidadão com pensamento crítico e atuação com competência para que possa ser sanado ou pelo menos minimizado a atual realidade de injustiças sociais com a violação dos direitos à classe pobre.

5 METODOLOGIA E ANALISE DOS DADOS

A metodologia utilizada quanto à realização do estudo, foi a pesquisa de campo, pelo fato de os dados terem sido coletados no local onde acontecem os fenômenos (SEVERINO, 2007).

A pesquisa utilizada foi de natureza qualitativa e quantitativa, visto que a pesquisa qualitativa proporciona um conhecimento da realidade mais amplo não levando em consideração somente os dados quantitativos, este tipo de pesquisa implica ainda na máxima de que não existe neutralidade na pesquisa social.

O pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ele deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos. (CHIZZOTTI, 2003 p.82)

Lakatos (2009) é mais claro ao definir a metodologia qualitativa, quando relata que análise qualitativa fornece mais detalhes sobre as investigações:

A metodologia qualitativa procura-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (LAKATOS, 2009, p.269).

A coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário com questões que oportunizou aos participantes indicarem com relação aos questionamentos.

De acordo com Severino (2007), questionário é:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destina a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formulada, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. [...] Podem ser questões fechadas ou questões abertas. (SEVERINO, 2007, p. 125)

O questionário semiestruturado aplicado na pesquisa, em sua primeira parte, apresenta questões sobre: O perfil dos estudantes como: sexo, estado civil, identidade étnico-racial, se o estudante possui deficiência, e a sua religião caso seja

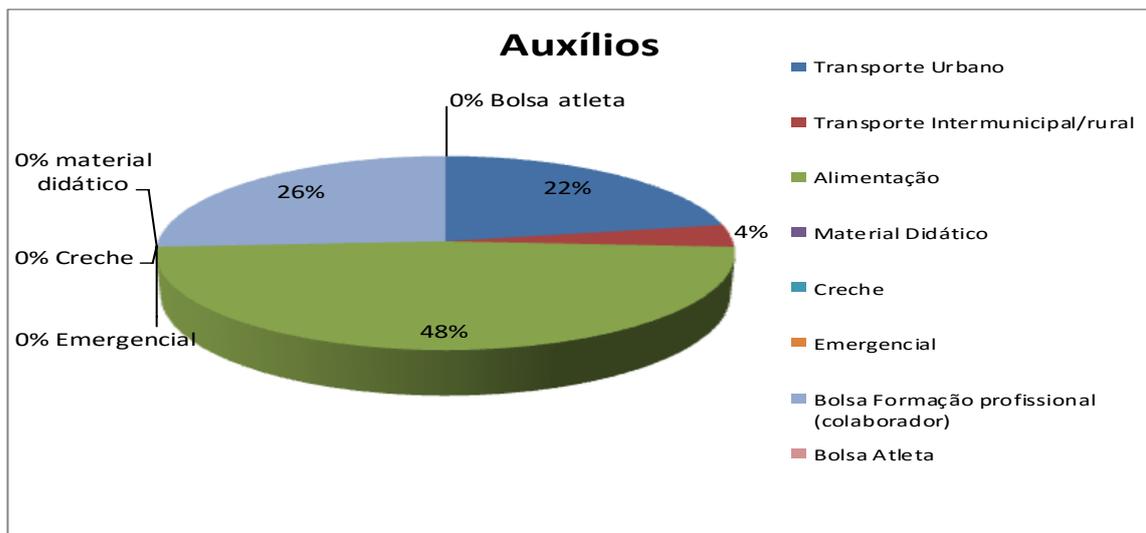
religioso. Nessa parte do questionário foi incluída a questão da Bolsa Formação Profissional (estudante colaborador).

A segunda parte do questionário é a respeito de: a composição de membros familiar; a escolaridade dos pais ou responsável pelo estudante; tipo de moradia; aparelhos eletrônicos que possui; o tipo de renda e a proximidade da renda familiar.

Os questionários para a coleta de dados foram aplicados aos estudantes do instituto IFTO – *Campus* Palmas no dia 16 de novembro de 2016, no seu momento de intervalo das aulas, para facilitar suas participações na pesquisa. Tendo como intuito, conhecer o perfil socioeconômico dos Estudantes do IFTO, que são beneficiados, com o auxílio Bolsa Formação Profissional (estudante colaborador).

Dos 15 alunos que participaram da pesquisa, todos recebem algum tipo de auxílio, essa foi uma questão previamente decidida para a seleção dos participantes. Dentre os entrevistados, 26% recebem o auxílio Bolsa Formação Profissional (conforme pode ser analisado no gráfico 1). Todos os demais gráficos que se seguem, bem como os resultados e discussões, dizem respeito ao perfil pessoal e familiar do estudante que recebe apenas o auxílio em questão: Bolsa Formação Profissional (estudante colaborador).

Gráfico 1 - Os auxílios concedidos aos estudantes entrevistados.



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Na questão sobre os auxílios utilizados pelos estudantes, 26% responderam que recebem o Bolsa Formação Profissional (estudante colaborador), 48% dos participantes responderam que recebe o auxílio alimentação; 22% dos participantes

utilizam o auxílio transporte Urbano; 4 % responderam que recebem o auxílio transporte intermunicipal/rural e nem um dos estudantes marcou que recebe o auxílio material didático, creche, emergencial e o bolsa atleta. O que pode ser analisado no gráfico 1.

Devido alguns cursos serem de tempo integral, e Palmas ser uma cidade grande, muitos alunos preferem fazer as refeições na Instituição, por esse motivo, o índice do auxílio alimentação é maior. E em segundo lugar, está, o Bolsa Formação Profissional, que contribui com a permanência do estudante na instituição até a conclusão de seus cursos.

Ao analisar o gráfico 1, só reforça a ideia de que,

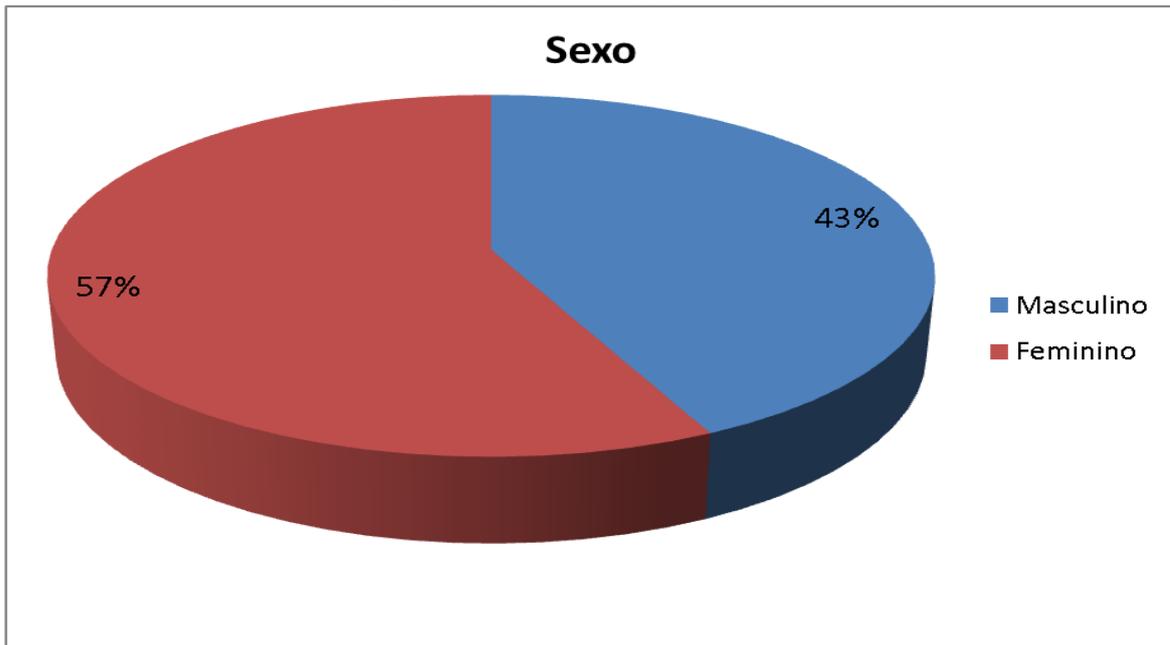
Para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições (FINATTI; et al, 2007, p. 248).

Diante do exposto, percebe-se que tão importante quanto a qualidade do ensino ofertado pela instituição, é a disponibilização de auxílios para dar condições ao aluno da classe trabalhadora permanecer estudando até sua profissionalização no curso superior.

A seguir, os cinco primeiros gráficos (Gráficos 2 a 6), retratam o perfil pessoal dos estudantes, e os sete últimos (gráficos 7 a 12 e a tabela 1) apresentam o perfil sócio econômico e familiar desses alunos.

Os dados se referem aos estudantes que recebem o auxílio Bolsa Formação Profissional (estudante colaborador). O resultado pode ser verificado nos gráficos e na discussão a seguir.

Gráfico 2 - Sexo dos estudantes entrevistados.



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

A partir da análise dos dados, verificou-se que em relação ao perfil dos estudantes participantes, de acordo com o gráfico 2 – 57% são do sexo feminino e 43 % do sexo masculino.

Pode-se considerar uma conquista para as mulheres estudar em um instituto Federal. No início a educação era voltada aos homens, “As mulheres, quando pertencentes às famílias abastadas, recebiam educação em casa ou em conventos”. (GUIMARÃES-IOSIF, 2009, p. 41).

Mesmo por volta do século XIII, a universidade era voltada para a educação dos homens. Bauer (2001) relata o quanto a mulher era submissa ao homem:

Em meados do século XIV, devido a uma grave crise econômica, a mulher foi banida do mundo do trabalho e reclusa ao lar. A subordinação feminina era quase que total. Elas foram excluídas de atividades que desde tempos remotos, realizavam, como, por exemplo, a Enfermagem. As universidades, instituições criados no século XIII, Também foram proibidas às mulheres. (BAUER, 2001, p.15)

A mulher que era excluída do processo educacional, ao a educação se tornar direito de todos, como prevê a Constituição Federal de 1988, aos poucos vai se adequando às novas transformações sociais e a mulher vai conquistando seu espaço através das lutas por seus direitos na sociedade.

Gráfico 3 - Estado civil dos estudantes Pesquisados.

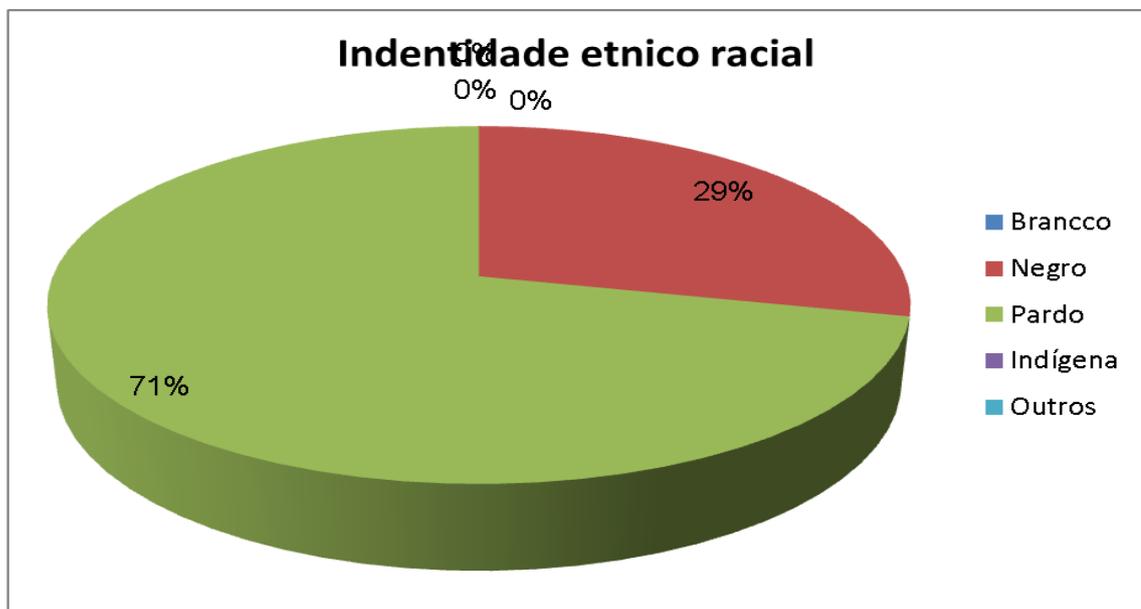


Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Na questão referente ao estado civil, 100% dos estudantes pesquisados são solteiros, enquanto que nem um deles é casado, separado, divorciados ou viúvo.

Diante dessa situação, fica comprovado que os jovens, estão entrando mais cedo nas universidades. Segundo o IBGE (2015), Em 2004, a parcela de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior era de 32,9% e cresceu para 58,5% em 2014.

Gráfico 4 - Identidade étnica racial dos estudantes pesquisados.



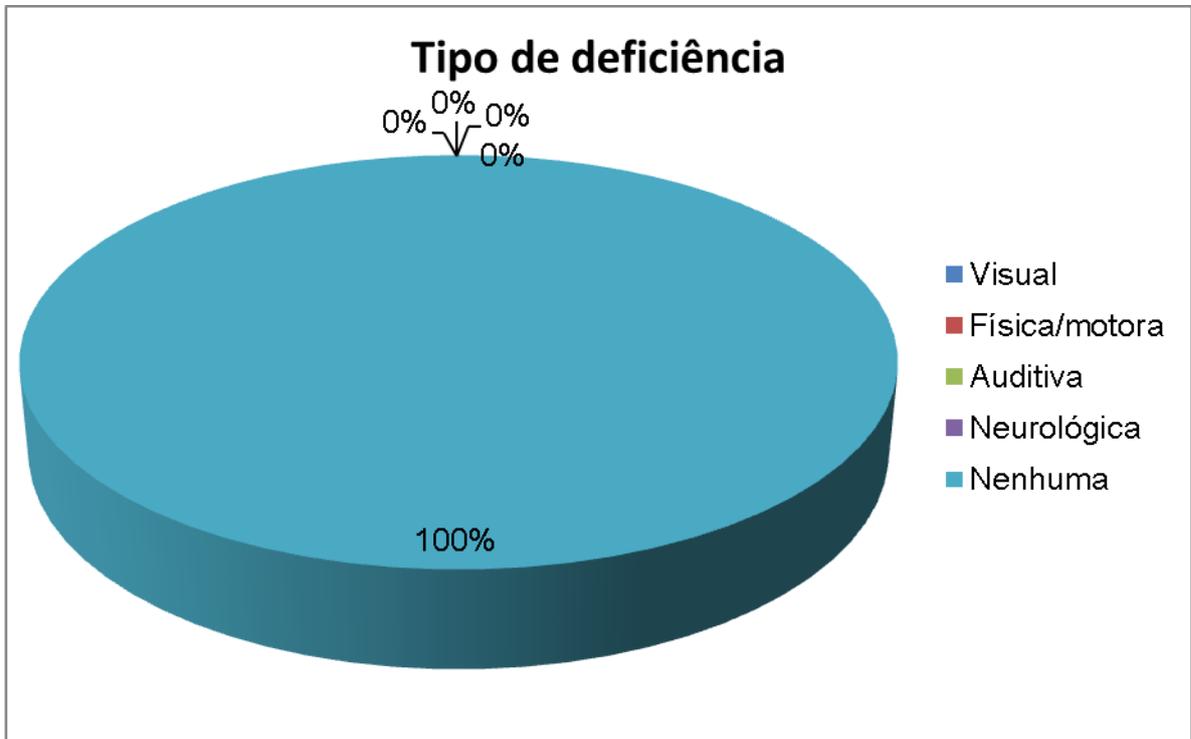
Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Ao serem questionados sobre a identidade racial, obteve-se a seguinte resposta: 71% dos participantes são pardos, e 29% declararam ser negros; nenhum participante declarou ser branco, ou indígena. O que pode ser verificado no (gráfico 4).

Percebe-se que a porcentagem da pessoa considerada negra tem aumentado nos cursos de ensino superior, embora ainda haja a necessidade de melhorar as oportunidades tanto do acesso quanto da permanência de todos os alunos até a conclusão do curso. E a assistência estudantil ainda é a forma mais eficiente através da efetivação dos auxílios. No entanto, no que diz respeito a identificação da pessoa por cor e étnica nem sempre é exatamente o que cada pessoa diz que é, pois há certo preconceito com a origem. Darcy Ribeiro (2006), explica que.

(...) a característica distintivo do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial as pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro e o negro retinto, o mulato já é o pardo e com tal meio branco, e se a pele é um pouco clara, já passa a incorporara a comunidade branca. (DARCY RIBEIRO, 2006; p. 225).

Gráfico 5 - Se os estudantes possuem algum tipo de deficiência.



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Ao serem questionados se possuíam algum tipo de deficiência, 100% dos alunos, responderam que não possui nem uma deficiência. O resultado obtido

nesse quesito, demonstra que, embora, as pesquisas tenham indicado que partir de 2012 vem aumentando o índice de estudantes com deficiências matriculados nas universidades. O índice é de “93,6% entre 2000 e 2010. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010, sendo que 6.884 desses alunos são da rede pública e 13.403 da particular” (Brasil, 2012).

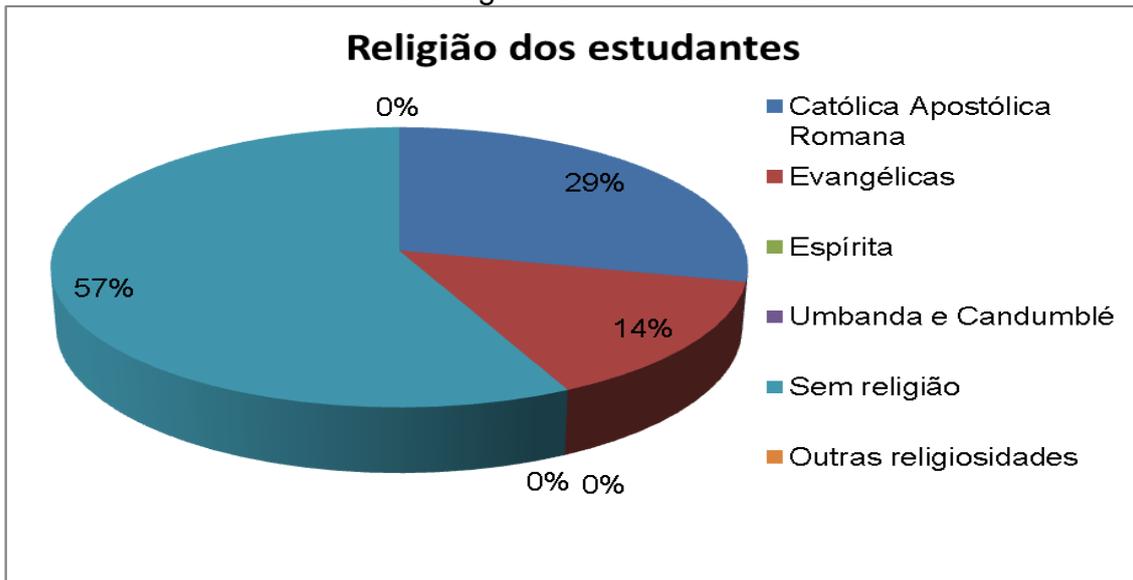
No entanto, apesar desse avanço, ainda é evidente as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiências, para se incluir no processo de ensino e aprendizagem, principalmente nos cursos profissionalizantes. Devido as políticas educacionais inclusivas não terem se efetivado na prática em todos os níveis de ensino.

Ainda que a legislação brasileira através do Decreto-lei nº 5.296/04, que regulamenta a Lei 10.098/00, que garante normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, no seu Art. 24 estabelece que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004).

A promoção do acesso à educação de qualidade para todos, necessita proporcionar a acessibilidade ao ambiente escolar, e as atividades desenvolvidas devem ser planejados de modo que oportunizem autonomia nas rotinas escolar, dentro das possibilidades de ação do aluno com deficiência ou sem deficiência (FERNANDES, 2013).

Gráfico 6 - A religião dos estudantes entrevistados.

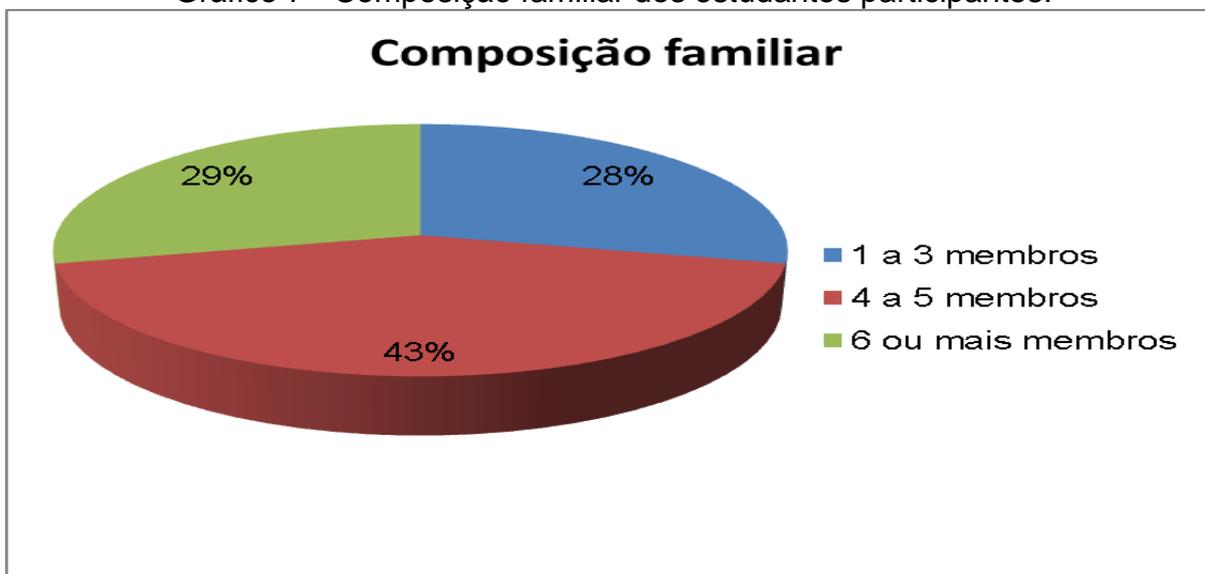


Fonte: OLIVEIRA, 2016

De acordo com o gráfico 5, sobre a religião que praticam, os estudantes responderam da seguinte forma, 29% são Católicos Apostólicos, 14% são Evangélicos, nenhum respondeu ser da religião Umbanda/Candomblé ou espírita, a grande maioria (57%) não tem nem uma religião.

Segundo Jacob não é raça ou cor que traça o perfil das pessoas sem religião, no entanto, o sexo masculino é o mais elevado, e “adolescentes de 16 a 20 anos em média e adultos jovens com idades que oscilam entre 21 e 30 anos”. (JACOB, 2003, p. 115).

Gráfico 7 - Composição familiar dos estudantes participantes.



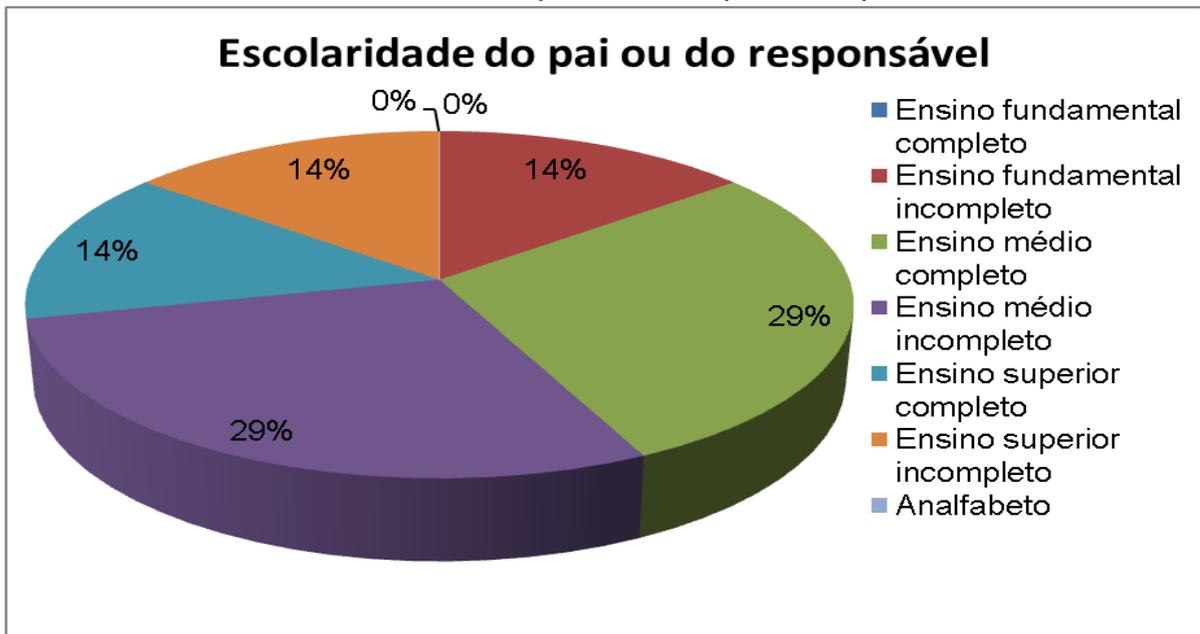
Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Aos estudantes entrevistados responderem sobre a composição familiar, ficou da seguinte forma, 28% dos alunos tem a família composto de 01 a 03 membros; 43% tem a família com 04 a 05 membros; e 29% tem 06 ou mais membros na família.

Pode-se analisar que a maior porcentagem está com as famílias formadas por 4 ou 5 membros, no entanto esse quantitativo de pessoas na família, já faz alguns anos que vem diminuindo. Segundo o relatório do IBGE (2016), em todas as regiões brasileira:

O tamanho da família brasileira diminuiu em todas as regiões: de 4,3 pessoas por família em 1981, chegou a 3,3 pessoas em 2001. O número médio de filhos por família é de 1,6 filho. Em 2002, o número médio de pessoas na família se manteve o mesmo em quase todas as regiões e por isso a média para o país se manteve em 3,3 pessoas, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2003. O número médio de filhos apresentou uma diferença mínima em relação do ano anterior: 1,6 para 1,5 filhos na família em domicílios particulares (IBGE, 2016).

Gráfico 8 - Escolaridade do pai ou do responsável pelo estudante.

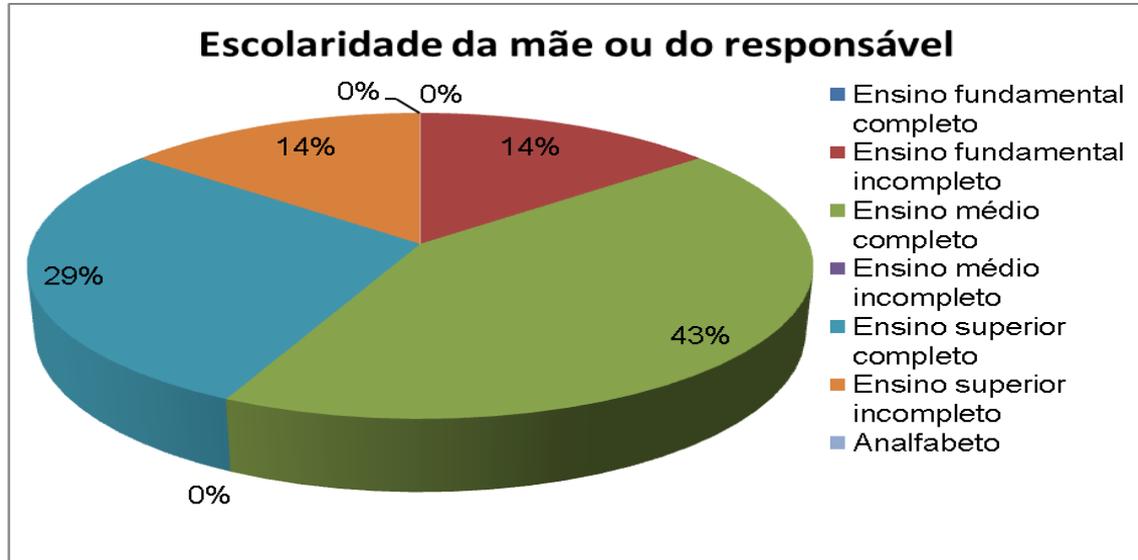


Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Quanto à escolaridade do pai ou do responsável, os participantes responderam que, nem um dos pais tem o Ensino Fundamental completo, ou é analfabeto; já 14% dos pais tem o Ensino Fundamental incompleto; 29% tem o Ensino Médio completo; 29% disseram que seu responsável tem o Ensino médio

incompleto; 14% tem o Ensino Superior completo; e 14% tem o Ensino Superior incompleto. Essa informação pode ser verificada no gráfico 7.

Gráfico 9 - Escolaridade da mãe ou do responsável.



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

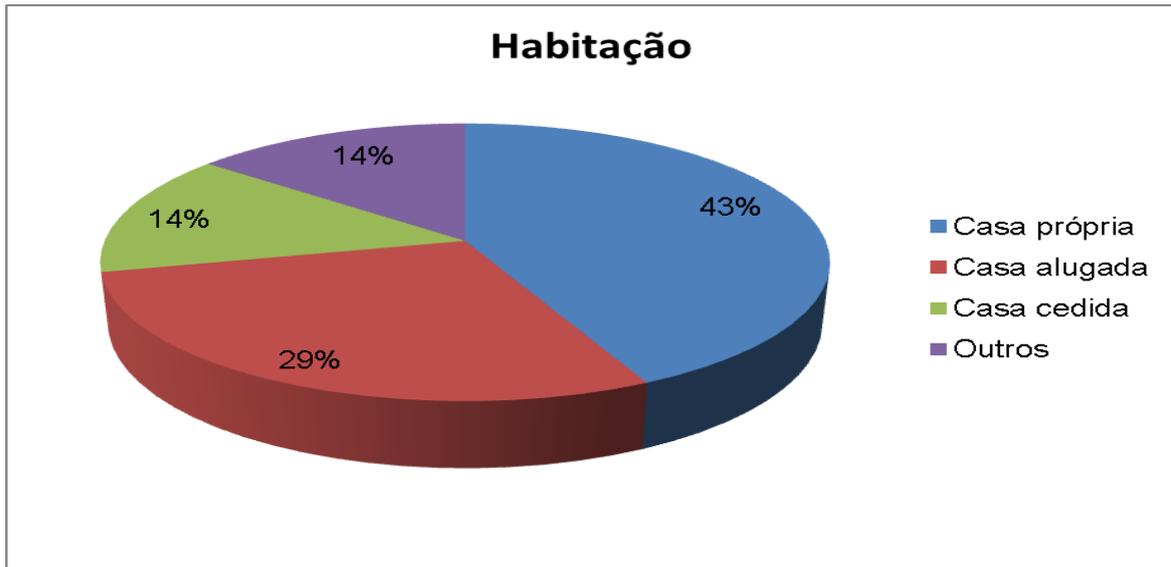
Conforme o gráfico 9, observa-se que nem uma das mães tem o Ensino Fundamental completo, Ensino Médio incompleto, ou é analfabeta; 14% dos estudantes pesquisados responderam que sua mãe tem o Ensino Fundamental Incompleto; 43% tem o Ensino médio Completo; 29% das mães dos estudantes possuem o Ensino Superior completo; e 14% tem o Superior incompleto.

Em relação aos gráficos 08 e 09, pode-se verificar o grau de estudo dos pais ou responsáveis por esses alunos, que são de baixa renda. A realidade exposta nos dados, reforça a realidade do ponto de vista apresentado por Rosa; Amorim; Macedo (2015) ao defender que,

A educação, para se tornar direito de todos, assim como prevê a Constituição Federal, necessita se adequar às novas transformações societárias, focalizando, sobretudo as desigualdades sociais e econômicas que permeiam entre os estudantes que possuem a necessidade de se autofinanciar. (ROSA; AMORIM; MACEDO, 2015, p. 123)

Mesmo o direito à educação, sendo dever do poder público, nem sempre é garantido a aquele que necessita de mecanismos concretos criados para garantir a efetivação desse direito. Estudantes que necessitam se autofinanciar, e que não tem acesso aos serviços assistenciais acabam por abandonar os estudos.

Gráfico 10 - O tipo de moradia dos estudantes pesquisados.

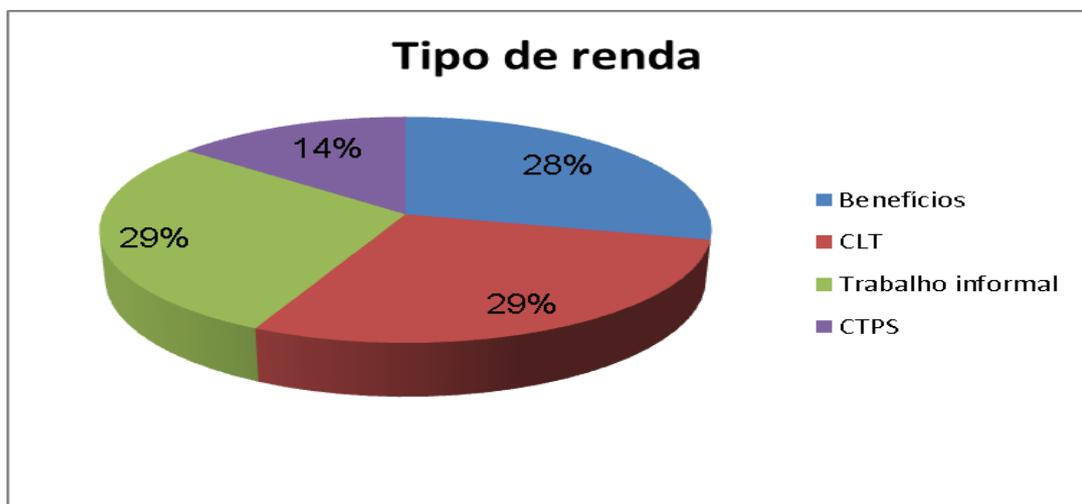


Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Em relação ao questionamento sobre a habitação, 43% dos participantes responderam que moram em casa própria; 29% moram em casa alugada; 14% moram em casa cedida; e 14% responderam que moram em outro tipo de moradia. O que pode ser observado no gráfico: 10.

Segundo Gomes e Pellegrino (2005), a crise econômica iniciada nos anos de 1970, tem dificultado o acesso dos brasileiros à moradia própria. Pode-se afirmar que ainda nos dias de hoje, a crise continua, e muitas pessoas embora tenha o sonho de adquirir a casa própria, têm que optar por morar em casas de aluguel.

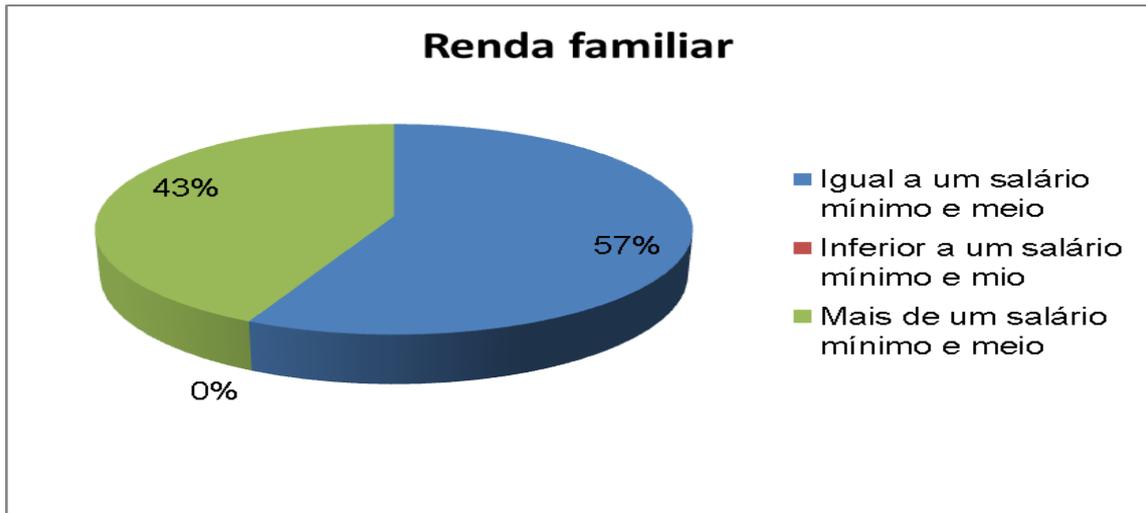
Gráfico 11 - Tipo de renda da família dos estudantes entrevistados.



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Com relação ao tipo de renda familiar dos estudantes entrevistados, observa-se que 28% da renda familiar é através de benefícios; 29% é através de CLT (Consolidação das leis do Trabalho); 29% da renda é do trabalho Informal; e 14% possui CTPS (Carteira de Trabalho Social). O que pode ser observado no gráfico 12.

Gráfico 12 - A renda familiar dos estudantes entrevistados.



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

No que diz respeito à pergunta sobre a renda familiar, no gráfico: 12, pode ser verificado que 57% da renda da família dos estudantes é igual a um salário mínimo e meio; 43% do salário da família dos estudantes é mais de um salário mínimo e meio; e nenhum tem a renda familiar inferior a um salário mínimo e meio.

Essa realidade apresentada nos dados reforça mais uma vez a discussão da autora Imperatori (2017), sobre o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras em 2010.

Pesquisa publicada pela Andifes (2011) mapeou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras em 2010 e identificou que 41% das famílias dos estudantes recebem até três salários mínimos. (IMPERATORI, 2017 p. 291).

Nos gráficos 11 e 12, observa-se que grande parte dos estudantes entrevistados está em situação de vulnerabilidade econômica. Tornando visível a exclusão social.

O questionamento a respeito dos aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos que os estudantes pesquisados possuem, estão representados os resultados em tabela, para melhor expor os dados.

Tabela 1: Os aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos que os estudantes pesquisados possuem.

		Frequência(%)
Celular	Possue	100%
	Não possui	0%
Computador	Possue	28%
	Não possui	72%
Notebook	Possue	14%
	Não possui	86%
Geladeira	Possue	100%
	Não possui	0%
Televisão	Possue	86%
	Não possui	14%
Maquina de lavar roupa	Possue	43%
	Não possui	57%
Ar condicionado	Possue	14%
	Não possui	86%
Ventilador	Possue	57%
	Não possui	43%
Vídeo game	Possue	0%
	Não possui	100%

Fonte: OLIVEIRA, 2016.

A tabela 1, apresenta o resultado das respostas dos participantes ao questionamento sobre alguns aparelhos eletrônicos que possuem, e ficou da seguinte forma: 100% dos estudantes participantes responderam que possuem celular; 28% dos estudantes tem computador, enquanto que 72% não têm; apenas 14% dos entrevistados possui notebook e 86% não possui; 100% dos entrevistados tem uma geladeira em casa; 86% apresentou que possui uma televisão e 14% não possui; 43% dos estudantes entrevistados possuem maquina de lavar roupa enquanto que 57% não possuem; apenas, 14% dos estudantes

possuem ar condicionado em casa e 86% não possuem; 57% dos estudantes tem ventilador em casa e 43% não têm; e nem um dos estudantes entrevistados tem vídeo game.

Karl Marx (1988), ao falar do capital, apresenta que os produtores tem todo aquele procedimento para cativar os clientes, ou os consumidores. Através de propagandas nas mídias e entre outros, fazendo com que os consumidores não estejam satisfeito com o que tem. Pois dá a ideia de que aquela mercadoria nova vai trazer melhoria para si, ou vai resolve seus problemas. Fazendo com que o consumidor consuma cada vez mais produtos.

No entanto, a pesquisa realizada com os alunos demonstra que muitos deles não têm alguns aparelhos eletrônicos ou elétricos domésticos considerados essenciais numa residência.

Os dados retratados nos gráficos 11 e 12, e na tabela 1, apresentam a realidades do perfil sócio econômico dos alunos que recebem o auxílio colaborador no Campus do IFTO de Palmas. O que reforça a necessidade das políticas estudantis. Tendo em vista ao declínio da renda per capita familiar e das condições para suprir as necessidades básicas. No que diz respeito a vulnerabilidade e exclusão na DIEESE (2007), esclarece,

O termo exclusão social é uma construção teórica que antecedeu a formulação do conceito de vulnerabilidade social, tendo, num primeiro momento, servido de referência para a caracterização de situações sociais limites, de pobreza ou marginalidade, e para a consequente formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento destas questões. (DIEES, 2007, p.10).

Com isso, compreende-se a necessidade dos estudantes que recebem auxílios no IFTO – *Campus* Palmas, pois muitos estudantes encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos com o apanhado teórico conceitual sobre o ensino superior no Brasil, e a Política de Assistência Estudantil; além, da pesquisa de campo com a participação dos estudantes do Instituto IFTO – Campus Palmas, constatou-se a importância do auxílio Bolsa Formação Profissional (estudante colaborador), para a permanência com sucesso dos estudantes na vida estudantil.

Com a análise dos dados da pesquisa, os resultados obtidos sobre o perfil dos estudantes, demonstraram que em sua maioria são feminino, solteiros, de cor parda, e não possuem deficiência, além de não ter nem um tipo de religião.

Os estudos realizados apontaram também que, embora as famílias sejam constituídas por poucos membros, a maioria dos pais e ou responsáveis não tem o Ensino Superior. Sendo que foi apresentado por maior parte dos estudantes que a sua renda familiar é em sua maioria através de benefícios e do trabalho informal, e a renda familiar é igual a um salário mínimo e meio. Todavia, mesmo os que apresentam a renda familiar á mais que um salário mínimo e meio, muitas das vezes não é o suficiente para suprir as necessidades de casa, e dos estudos.

Levando em consideração o resultado da pesquisa do perfil sócio econômico dos alunos, ficou evidente a importância do auxílio Bolsa Formação Profissional (estudante colaborador). Pois, esse auxílio além de contribuir para o atendimento das necessidades básicas dos estudantes que se encontram em condições sociais e econômicas desfavoráveis; possibilita aos alunos adquirirem experiências durante as atividades desenvolvidas no Campus, que contribuem não só para permanecerem e concluírem suas atividades estudantis com êxito, mas, também no preparo para o exercício da profissão.

No entanto, foi observado que o aluno que recebe o auxílio colaborador é obrigado a cumprir uma jornada de trabalho como se fosse funcionário do campus onde atua. De modo que o estudante é inserido em um processo de exploração de mão de obra barata, sem direitos trabalhistas.

Ao analisar alguns dos fatores que interferem negativa ou positivamente para a efetivação da permanência dos alunos nos cursos de graduação, o auxílio financeiro pode ser contado como meio para que o aluno alcance sua formação profissional com sucesso. No entanto, ao observar as formas de obtenção do auxílio, percebeu-se que esse, é insuficiente para atender anualmente todos os alunos

pobres que estudam no Instituto de Ensino Federal em questão. Pois, nem todos os estudantes que solicitam o auxílio conseguem ser selecionados para receber a bolsa. Enquanto que outros estudantes mesmo recebendo o auxílio acabam por desistir dos estudos, devido alguns fatores que não fizeram parte da pesquisa.

Os recursos disponibilizados para serem repassados aos alunos em formas de auxílios estudantis, atende apenas uma parcela dos que se candidatam a vaga de Bolsista Colaborador. Em razão dessa ineficiência, os estudantes que necessitam do auxílio e não conseguem, na maioria das vezes entram para as estatísticas dos reprovados ou desistentes.

Portanto, diante do exposto, percebe-se a situação da educação no Brasil, e os desafios a serem vencidos em relação às políticas públicas educacionais, pois os problemas ainda estão distantes de serem sanados. Fica evidente a relevância da atuação do assistente social, na defesa de políticas de Assistência Estudantil, como mecanismos auxiliares na garantia da viabilização das políticas públicas que atendam aos estudantes das classes populares.

Através deste estudo espera-se contribuir para a reflexão a respeito da atual realidade do perfil sócio econômico dos estudantes do IFTO – Campus de Palmas, e da relevância da Política de Assistência Social na Educação, na articulação em defesa das políticas estudantis. De modo que possa dá início a outras indagações relacionadas as condições de acesso e permanências dos alunos das classes mais pobres nos IFTOs, para que possam servir de bases para novas mudanças do cenário social atual.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. Ver. Atual. São Paulo Moderna, 1996.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do serviço social na educação**. Caderno Especial, n. 26, p 1-56, 4.ed., 25 2005. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial_126.pdf> Acesso em: 01 dez 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934.

_____. **Constituição**. Constituição da república Federativa do Brasil (1988). Brasília: 1988.

_____. *Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

Cf. CFESS/ Comissão de Fiscalização. **Reflexões sobre as funções privativas do(a) Assistente Social**, mimeo.2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social na Educação**. CFESS, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de educação**.CFESS, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Coletânea de Leis. Florianópolis: CRESS/12º Região, 1999.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

Degenszajn, *Raquel Raichelis*. et. al. **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. Revista de Políticas Públicas, outubro, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651049>. Acesso em 21 de dez/2018.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIECONÔMICOS. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. DIEESE, 2007.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Livro eletrônico (Série Fundamento da Educação), Curitiba: Ibpex, 2013.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL** — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez./2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo_12_7.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Gomes, Paula Lopes et al. **Serviço social na educação: uma relação necessária para se compreender a complexidade do ensino/aprendizado brasileiro**. CONEDU, Congresso Nacional de Educação, 18 a 20 de setembro de 2014. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_05_07_2014_19_29_55_idinscrito_2881_dae59f314a11c8641f57f9d656f3b898.pdf. Acesso em: 17 de jan. 2019.

IFTO, Instituto Federal de Educação e Tecnologia. **Regulamento do Programa de Assistência Estudantil**. Resolução nº 22/2014/CONSUP, de 8 de agosto de 2014. Palmas – TO, 2014.

IFTO, Instituto Federal de Educação e Tecnologia. **Termo de compromisso de bolsista colaborador**. Edital 2017. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/paraiso/campus-paraiso/seletivos/processo-seletivo/inscricoes-para-bolsista-colaborador-com-carga-horaria-de-atividades-de-20-vinte-horas-semanais-distribuidas-em-diferentes-setores-e-funcoes-do-ifto-campus-paraiso-do-tocantins/edital-08-2017-termo-compromisso.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2019.

JACOB, Cesar et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Fazer universidade: uma metodológica** Cipriano Carlos Luckesi. [ET. AL.] – 12. Ed. –São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 164 p.: il. – (Coleção Educadores).

ROSA, Ana Claudia Ferreira; AMORIM, Janaína Miranda Muradás; MACEDO, Livia Fernanda Leal. **Contextualização do instituto federal do Tocantins na esfera das políticas de educação profissional e tecnológica.** Regae: Rev. Gest. Aval. Educ. Santa Maria. v. 4, n. 7. Jan./jun. 2015. p. 113-126.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira.** Faculdade de Educação UICAMPI: 2006.

SILVA, Lucilia Carvalho. **Serviço Social e Educação.** – ed. – Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na Travessia: Assistência Estudantil da Educação Profissional.** As interfaces das políticas de assistência social e educação. Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade de Brasília, 2017.

VALENTINA, Doris Helena Della. **Centro de atenção psicossocial da pucrs: construindo uma metodologia de trabalho voltada à atenção integral ao estudante.** In SCHNEIDER, Glaucia; HERNANDORENA, Maria do Carmo. Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, Alessandra de Muros. **Serviço Social e Educação: Análise do reconhecimento social e das experiências profissionais construídas nos diversos campos da política educacional.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E
TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO**

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Pesquisador Responsável: Me Amanda Elisa Vaz
Pesquisador-discente: Adilvana Gomes Oliveira
Endereço: rua 32 “A” N° 263 setor sul
CEP: 77660-000 – Miranorte (TO)
Fone: (63) 9 8467-2659
E-mail: vanyafeliz@hotmail.com

1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa Assistência estudantil e perfil socioeconômico. Neste estudo pretendemos Identificar o perfil socioeconômico dos estudantes que são beneficiados no Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Tocantins (IFTO) Campus de Palmas em 2015.

O motivo que nos leva a estudar é que há alguns meses estou inserida no Instituto IFTO – Campus de Palmas, como estagiaria, e durante essa convivência pude observar que maior parte do tempo é dedicado ao processo seletivo de bolsistas. Diante disso, é de muita importância ter um estudo Socioeconômico dos Estudantes que são beneficiados no IFTO, pois com a realização dessa pesquisa terá o conhecimento, mas amplo da realidade social dos discentes. Dessa forma estará nós aprimorando com o conhecimento, também estará contribuindo com o Campus IFTO de palmas através dos dados.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos, através de questionários tendo como objetivo de analisar o perfil socioeconômico dos estudantes, esse estudo também estará contribuindo com o Campus IFTO de palmas através dos dados. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo Assistência estudantil e perfil socioeconômico, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de _____ .

Nome Assinatura participante

Nome Assinatura pesquisador

Nome Assinatura testemunha

2 TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

O (A) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) está de acordo com a execução do Projeto Assistência estudantil e perfil socioeconômico coordenado pelo pesquisador Adilvana Gomes Oliveira, desenvolvido pelo(a) Janaina Augusta Neves de Souza do(a) Universidade Federal do Tocantins – Campus Miracema e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição, durante a realização da mesma.

Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do referido projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tais compromissos.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome do responsável institucional

Cargo do responsável pela anuência

Carimbo com CNPJ

Nome Assinatura pesquisador

Nome Assinatura testemunha

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Elaboração: Adilvana Gomes Oliveira

Pesquisador-discente

1 QUESTIONÁRIO**Sexo:** Masculino Feminino **Data de Nascimento:** ___ / ___ / ___**Origem:** _____**Estado civil:** Casado (a) Solteiro (a) Separado (a) Divorciado (a) Viuvo (a)**Identidade étnico-racial:** Branco Negro Pardo Indígena outros: _____**Possui algum tipo de deficiência?** Visual Física/motora Auditiva Neurológica Nenhuma**Religião:**

- Católica Apostólica Romana
- Evangélica
- Espirita
- Umbanda e Candomblé
- Sem religião
- Outras religiosidade

Qual a bolsa:

- Transporte Urbano
- Transporte Intermunicipal/Rural
- Alimentação
- Material didático
- Creche
- Emergencial
- Bolsa Formação Profissional (Estudante Colaborador)
- Bolsa Atleta

Composição familiar: 1 a 3 4 a 5 6 ou mais de 6 membros

Escolaridade:

Pai:

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Analfabeto

Mãe:

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Analfabeto

Habitação:

- Casa própria
- Casa alugada
- Casa cedida
- Outros

Aparelhos eletrônicos:

- Celular
- Computador
- Notebook
- Geladeira
- Televisão
- Máquina de lavar
- Ar condicionado
- Ventilador
- Vídeo game

Tipo de renda:

- Benefícios CLT Trabalho Informal CTPS

Renda Familiar:

- Igual a um salário mínimo e meio Inferior a um salário mínimo e meio
- Mais de um salário mínimo e meio